

Plano de Recuperação Judicial

2019

Cinira Gomes Lima Melo

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

© Almedina, 2019

AUTOR: Cinira Gomes Lima Melo

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584935376

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Melo, Cinira Gomes Lima
Plano de recuperação judicial / Cinira Gomes Lima 1180713
Melo. - São Paulo : Almedina, 2019.
Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-537-6
1. Atividade econômica 2. Crises financeiras
3. Devedor e credor 4. Direito empresarial
S. Falências - Leis e legislação - Brasil
6. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação
- Brasil 7. Risco 8. Segurança jurídica I. Título.
19-30341 CDU-347.736(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Recuperação judicial empresarial : Direito
comercial 347.736(81)

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Outubro, 2019

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Aspectos Históricos do Direito Recuperacional e Falimentar	19
1.1 Falência	19
1.1.1 Do Direito Romano às Codificações Europeias.....	19
1.1.2 No Brasil: do Código Comercial de 1850 ao Decreto-lei nº 7.661/45.....	26
1.2 Concordata	31
1.2.1 Do Direito Romano às Codificações Europeias	31
1.2.2 No Brasil: do Código Comercial de 1850 ao Decreto-lei nº 7.661/45	33
1.3 A Lei nº 11.101/2005: a falência e a recuperação de empresas	37
2. Recuperação Judicial na Lei Nº 11.101/2005	41
2.1 Objetivos	41
2.2 Princípios.....	48
2.3 Devedor Sujeito.....	54
2.4 Competência.....	61
2.5 Créditos	63
2.5.1 Créditos Sujeitos.....	63
2.5.2 Créditos Não Sujeitos e Obrigações Não Exigíveis	65
2.5.3 Créditos com Garantia Real e Decorrentes de Penhor Sobre Recebíveis..	74
2.5.4 Direitos dos Credores em Relação aos Coobrigados, Fiadores e Obrigados de Regresso.....	75
2.6 Procedimento	76
2.6.1 Legitimidade	76
2.6.2 Requisitos.....	79
2.6.3 Petição Inicial, Decisão que Defere o Processamento do Pedido e seus Efeitos	82
2.6.4 Administrador Judicial.....	93
2.6.5 Verificação dos Créditos.....	95

3. Natureza Jurídica do Plano de Recuperação Judicial	99
3.1 Conceito e Conteúdo	99
3.2 Limites Legais ao Conteúdo do Plano	101
3.3 Apresentação do Plano.....	104
3.4 Objeções dos Credores	104
3.5 Aprovação do Plano	106
3.5.1 Aprovação pela Ausência de Objeções	106
3.5.2 Aprovação pela Assembleia Geral de Credores.....	107
3.5.3 <i>Cram Down</i>	110
3.6 Decisão Concessiva e seus Efeitos.....	113
3.7 Cumprimento e Descumprimento do Plano	116
3.8 Natureza Jurídica.....	119
3.9 O Negócio Jurídico e a Autonomia Privada	134
3.10 Intervenção Judicial no Conteúdo do Plano de Recuperação Judicial.....	140
4. Existência, Validade e Eficácia do Plano de Recuperação Judicial.....	151
4.1 A Tricotomia Existência-Validade-Eficácia do Negócio Jurídico	151
4.2 Plano da Existência	154
4.3 Plano da Validade	160
4.3.1 Causas de Nulidade do Plano de Recuperação Judicial	161
4.3.1.1 Cláusulas que Violam Lei Imperativa.....	173
4.3.1.2 Cláusulas que Violam Princípios Aplicáveis à Recuperação Judicial	183
4.3.1.3. Cláusulas em que Há Abuso de Direito	191
4.3.2 Causas de Anulabilidade do Plano de Recuperação Judicial.....	201
4.4 Plano da Eficácia	205
4.5 Consequências da Inexistência, da Invalidade e da Ineficácia do Plano de Recuperação Judicial ou de suas Cláusulas	217
Considerações Finais.....	223
Referências	229